

MAPEANDO PESQUISAS: O QUE SE TEM PERGUNTADO ÀS CRIANÇAS PEQUENAS ACERCA DE GÊNERO E SEXUALIDADE?

MAPPING RESEARCH: WHAT HAS BEEN ASKED OF YOUNG CHILDREN ABOUT GENDER AND SEXUALITY?

Cristiano Eduardo da Rosa¹

Jéssica Tairâne de Moraes²

RESUMO

Neste artigo mapeamos dissertações e teses do eixo temático “Infâncias, Gênero e Sexualidade”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, com foco em pesquisas com crianças pequenas sobre essas temáticas. A análise de onze trabalhos evidencia os caminhos teórico-metodológicos, éticos e políticos tomados por pesquisadoras e pesquisadores ao escutar as infâncias. As produções evidenciam como crianças de 4 a 6 anos constroem sentidos sobre gênero e sexualidade, muitas vezes tensionando scripts normativos impostos culturalmente. Discutimos a participação das crianças como sujeitos ativos da pesquisa, os limites das práticas investigativas e a importância da escuta sensível em contextos educativos. A partir de uma perspectiva pós-crítica, o artigo contribui para repensar a centralidade da voz infantil nas pesquisas e para fortalecer práticas educativas comprometidas com infâncias mais diversas e igualitárias.

Palavras-chave: Infância; Gênero; Sexualidade; Pesquisas com crianças.

ABSTRACT

In this article, we map dissertations and theses from the thematic axis “Childhoods, Gender, and Sexuality” within the Graduate Program in Education at UFRGS, focusing on research conducted with young children on these topics. The analysis of eleven studies highlights the theoretical, methodological, ethical, and political paths taken by researchers when listening to children’s experiences. The works show how children aged 4 to 6 construct meanings around gender and sexuality, often challenging culturally imposed normative scripts. We discuss children’s participation as active subjects in research, the limits of current investigative practices, and the importance of sensitive listening in educational contexts. From a post-critical perspective, the article contributes to rethinking the centrality of children’s voices in research and to strengthening educational practices committed to more diverse and equitable childhoods.

Keywords: Childhood; Gender; Sexuality; Research with children.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como Orientador Pedagógico na Escola SESI de Ensino Médio Albino Marques Gomes no município de Gravataí (RS). E-mail: cristiano1105@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como Professora na Rede Municipal de Ensino de São Leopoldo (RS). E-mail: jetairane@gmail.com

1. CRIANÇAS COMO SUJEITOS DE PESQUISA: UM CAMPO EM EXPANSÃO

O debate sobre pesquisas envolvendo crianças tem sido cada vez mais produzido na academia, com artigos publicados em periódicos, capítulos de livros, monografias, dissertações e teses, além de discussões em eventos científicos como congressos e seminários. As possibilidades de investigar as infâncias a partir de múltiplos olhares - com as crianças, para as crianças e sobre as crianças - evidenciam os modos como enxergamos e nos dispomos a compreender as culturas infantis a partir de variadas perspectivas.

Neste artigo buscamos, por meio de análise de dissertações e teses do eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade*, dentro da linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mapear que perguntas têm sido elaboradas para crianças pequenas acerca das temáticas de gênero e sexualidade, assim como que caminhos investigativos e éticos se tem tomado para essa abordagem e como os resultados dessas pesquisas evidenciam a relevância desse debate desde a Educação Infantil.

118

2. CONTEXTUALIZANDO O PONTO DE PARTIDA DAS PRODUÇÕES ANALISADAS

O eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade*³ foi criado em 2001, dentro da linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desde então, foram defendidas 17 dissertações (entre 2004 e 2024) e 15 teses (entre 2009 e 2025)⁴, sendo 11 trabalhos dessa produção considerados pesquisas com crianças. Na organização do programa, a linha de pesquisa está inserida no eixo temático *Cultura, Currículo e Sociedade*; já a temática individual dentro da linha apresenta a seguinte proposta:

³ O eixo temático iniciou a partir do ingresso da Profª Drª Jane Felipe na referida linha de pesquisa, tendo ficado atuante no PPGEdu/UFRGS até junho de 2025; atualmente ela é Professora Visitante do Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú-SC.

⁴ Além de Mestrado e Doutorado, o eixo temático teve dez acadêmicos de Pós-doutorado entre 2013 e 2025.

A partir da perspectiva teórico-metodológica dos Estudos Feministas e Estudos Culturais, pretende-se examinar diferentes concepções de infância, família e aparatos educacionais produzidos ao longo da história, em diversas sociedades e culturas, especialmente no que se refere às relações de gênero e sexualidade produzidas nessa formação.⁵

Cabe destacar que os/as 25 pesquisadores/as que fizeram parte do eixo temático são oriundos de variados cursos de graduação, mas principalmente vindos da Pedagogia (17); os/as demais são graduados/as em: Psicologia (3), Letras (2), Educação Física (1), Fisioterapia (1), Educação Especial, Comunicação Social (1), Ciências Sociais (1), Psicopedagogia (1) e Biblioteconomia (1). Dentre estes/as, há profissionais que hoje atuam em algumas instituições de ensino superior, a saber: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSUL, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Universidade La Salle – UNILASALLE, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

3. ENTRE PROPOSIÇÕES E PREPOSIÇÕES: PESQUISAS E INFÂNCIAS

Considerando a trajetória do eixo temático aqui em questão, entendemos ser importante colocar em pauta a discussão sobre o que tem se perguntado às crianças pequenas, no contexto da Educação Infantil, acerca das temáticas de gênero e sexualidade, os métodos e estratégias utilizados para isso e, principalmente, quais são as possibilidades que essas pesquisas têm apresentado para pensarmos práticas mais equitativas e igualitárias na escola, desde a mais tenra infância.

Entretanto, consideramos relevante trazer alguns pontos que são cruciais quando falamos em pesquisa *com* crianças. Embasados em Mary Kellet (2020), apostamos na ideia de que esse tipo de pesquisa implica em um processo de colaboração entre crianças e adultos e as vozes de ambos são fundamentais para o processo de investigação. É relevante destacar a

⁵ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgedu/home/eixos-e-linhas>. Acesso em: 26 jun. 2025.

distinção conceitual entre participação e protagonismo infantil, uma vez que frequentemente são interpretados como termos intercambiáveis.

Algumas pesquisas (Cussianovich, 2010; Liebel, 2019) ressaltam que o protagonismo tem suas raízes originalmente nos movimentos de crianças trabalhadoras que buscavam reivindicar seus direitos laborais, estando, portanto, associado aos esforços liderados pelas próprias crianças. Por outro lado, a participação demanda a criação de condições propícias por parte dos adultos para que ocorra. Nessa perspectiva, tem-se discutido sobre uma participação protagônica, que é quando as pessoas adultas criam as condições para a participação e ação das crianças, de acordo com suas próprias reivindicações (Lay-Lisboa *et al.*, 2018). Assim, as considerações das crianças assumem a faceta do protagonismo, sendo discutidas e negociadas entre elas e os adultos.

Neste contexto, é imperativo ressaltar que a participação das crianças não deve ser encarada como um adendo da pesquisa, mas sim como um direito delas. Em vez de apenas convidá-las, torna-se essencial questionar como podemos instigar nas crianças o interesse por essa participação, que possui natureza política e social. Mais importante ainda, é compreender como fazer com que isso se desdobre na prática, de modo a evitar que a participação se torne uma imposição ou obrigação, garantindo, assim, efeitos sustentáveis para o papel e a função das crianças na sociedade (Liebel, 2012).

No delineamento dessa discussão, ainda consideramos que seja interessante lançar alguns tensionamentos e questionarmos se todas as pesquisas que se intitulam como “participativas” ou “com crianças” realmente as incluem e se esta participação de fato acontece, uma vez que, em muitos casos, as crianças aparecem apenas como “depoentes” e as interpretações ficam a cargo de pessoas adultas. Ademais, sublinhamos que não estamos nos referindo às pesquisas que serão apresentadas neste artigo, mas, sim problematizando de que modo podemos pensar em criar condições para que as crianças possam agir como investigadoras e apoiar os/as adultos/as em suas pesquisas.

Ao refletir sobre por que e para que ouvir as crianças, Elaine Luciana Sobral Dantas (2023, p. 9) observa que

Para além da dicotomia entre pesquisar com e sobre crianças, as pesquisas têm um significado social, ao passo que vêm contribuindo para mudar a vida das crianças, para refletir e promover políticas e ações sociais relativas ao direito à infância com suas especificidades.

Nesse sentido, Jane Felipe (2009, p. 10-11) tem salientado o quanto é fundamental “estar consciente dos limites e das dificuldades a serem enfrentados, como também é importante não perder de vista que os discursos infantis trazem sempre consigo outras vozes que se fazem presentes na cultura”. Ou seja, não devemos esperar uma autoria integral do que as crianças falam e fazem, pois muito do que elas nos mostram é uma reprodução do que ouvem e veem – o que não deixaria de ser um ponto de atenção dentro de uma pesquisa com crianças.

Ao retomar as preposições com, sobre e para crianças, reafirmamos que elas não são apenas modos de nomear pesquisas, mas indicativos das posições que atribuímos às infâncias nos processos investigativos. Mais do que produzir conhecimento sobre ou mesmo para elas, é preciso assumir o compromisso de pesquisar com crianças, criando condições reais para que participem de maneira protagônica, intervindo nos sentidos, nas escolhas e nos rumos da pesquisa. Assim, avançamos de preposições para proposições que reconhecem as crianças como agentes ativos na produção de conhecimento sobre gênero, sexualidade e suas próprias experiências.

4. GÊNERO, SEXUALIDADE E INFÂNCIAS: DISCUSSÕES CONCEITUAIS

O conceito de gênero emerge como uma ferramenta teórica crucial na luta contra as disparidades entre homens e mulheres, proporcionando análises significativas sobre a vida social contemporânea. Nesse contexto, podemos afirmar que “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (Haraway, 2004, p. 211).

Adicionalmente, quando nos deparamos com discussões que nos instigam a investigar as diferentes maneiras pelas quais meninos e meninas vivenciam a infância, e essas são permeadas por questões de gênero, torna-se possível criticar o próprio conceito. Originário do inglês, *gender*, o conceito apresenta certas lacunas que muitas vezes não são discutidas,

principalmente por ter sido traduzido para diversas línguas, conforme argumentado por Judith Butler (2021). A autora destaca ainda que o conceito não é um dogma e, portanto, está sujeito a críticas. Nesse sentido, uma delas se refere às generalizações e às não-equivalências conceituais quando o termo *gender* é traduzido para outras línguas, ou seja, frequentemente “o que acontece em uma língua não pode ser completa ou adequadamente traduzido para a língua do outro” (Butler, 2021, p. 372).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Berenice Bento (2022, p. 16) explora os limites da categoria gênero, salientando que “o debate sobre produção do sujeito está assentado em uma concepção binária racializada do masculino e do feminino, que se efetiva nos marcos da família”. A autora critica a concepção, destacando a necessidade de desenvolver outras maneiras de operação linguística que possam abranger corpos que não se enquadram no binarismo homem/mulher. Nesse contexto, segundo a compreensão da autora, é viável considerar que “para entender as relações de poder, talvez seja necessário se pensar que há um momento analítico anterior que se refere às corporalidades que não podem ser reconhecidas como homem e mulher” (Bento, 2022, p. 17).

122

Dessa maneira, acreditamos que pesquisas e discussões no campo dos Estudos de Gênero e da Sociologia da Infância, realizados de maneira interseccional, podem contribuir para conceber infâncias mais diversas, em que diferentes maneiras de ser criança possam emergir das margens para o centro. A interseccionalidade, enquanto conceito, pode proporcionar novas abordagens para lidar com as hierarquias e os padrões rígidos, universais e binários que envolvem a vivência da infância. Além disso, consideramos a interseccionalidade como um conceito que pode ser útil para compreender as formas de regulação sociocultural das subjetividades (Pocahy, 2011).

Ao abordar a sexualidade no campo da Educação, seguimos a compreensão de Guacira Lopes Louro (2014), para quem a sexualidade é uma construção histórica, cultural e política, produzida por múltiplos discursos e práticas sociais. Isso significa entender que ela não se reduz a aspectos biológicos ou ao comportamento sexual, mas envolve normas, expectativas, representações e controles que atravessam corpos desde a infância. Assim, a sexualidade é aprendida e regulada cotidianamente – na escola, na família, na mídia –, articulando-se às

relações de poder que instituem modos legítimos ou ilegítimos de viver os prazeres, afetos e identidades. Incorporar essa perspectiva permite reconhecer que crianças não estão fora desses processos; ao contrário, participam deles, produzem sentidos e também tensionam as normas que as constituem.

Ao colocarmos no título deste artigo “o que se tem perguntado às crianças” não necessariamente estamos falando de entrevistas, mas o que elas têm nos mostrado por meio dos contextos produzidos pelas pesquisas. Suas respostas às nossas questões nem sempre são objetivas, mas certamente trazem muita da subjetividade que elas conseguem construir a partir de suas trajetórias de vida, ainda tão iniciais, considerando a pouca idade, mas não menos significativas, repletas de simbolismos e vivências instituídas na cultura na qual estão inseridas. Por isso, partindo de nossas perspectivas teórico-metodológicas, podemos analisar e interpretar tais produções em suas sutilezas, precariedades e riquezas. Ademais, acreditamos que conseguimos capturar mais elementos a partir de observações desses sujeitos do que da proposição de estruturas rígidas de investigação.

No que se refere à compreensão de infância que orienta esta análise, reconhecemos as crianças como sujeitos sociais que produzem significados nas interações que estabelecem e nos contextos que habitam, mobilizando repertórios culturais próprios e reelaborando práticas que circulam em seus cotidianos (Corsaro, 2018). Essa noção desloca a infância de um entendimento meramente etário para situá-la como uma categoria geracional atravessada por condições estruturais que organizam sua posição social e influenciam suas possibilidades de participação (Qvortrup, 2009). Ao mesmo tempo, considera-se que a infância se constitui como experiência, marcada pela abertura a formas de relação, sensibilidade e interpretação do mundo que não se reduzem a etapas de desenvolvimento ou expectativas adultas (Larrosa, 2019).

Nessa direção, as práticas infantis são compreendidas como modos específicos de presença e ação nos espaços educativos e comunitários, expressando a agência das crianças na construção de significados e na negociação das regras e dinâmicas dos contextos que integram (Sarmiento, 2021). Essa articulação teórica permite ler suas produções não como respostas

isoladas, mas como manifestações situadas em redes complexas de relações, tempos e condições socioculturais que constituem a própria infância.

Como um ponto de partida importante, precisamos entender que as temáticas de gênero e sexualidade não estão ausentes do cotidiano de crianças pequenas, e desta maneira, não são invisíveis no contexto da Educação Infantil, por exemplo. Sendo assim, quando se observam as crianças na escola, principalmente interagindo entre si, essas questões são muito evidentes, ainda mais para pesquisadores/as da área. Desta maneira, pesquisar nesta etapa de Educação é um movimento rico, de produção de informações que podem gerar conhecimento sobre a infância e sua articulação com os temas de gênero e sexualidade.

Como já mencionado anteriormente, no eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade* há onze produções defendidas – sete de Mestrado e quatro de Doutorado – que se classificam como pesquisas com crianças, desenvolvidas principalmente em escolas de Educação Infantil e com sujeitos entre quatro e seis anos de idade. Na próxima seção, apresentamos um resumo de cada trabalho, mencionando também como, ao longo dos anos, as estratégias éticas – com o uso de TALE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) e de TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido) – e metodológicas nas pesquisas com crianças pequenas acerca das temáticas de gênero e sexualidade foram sendo abordadas pelo grupo de pesquisadores e pesquisadoras.⁶

5. DISCUTINDO RESULTADOS: METODOLOGIAS E ÉTICA

Analisando as onze produções⁷, iniciamos com Zandra Elisa Argüello Argüelo, que no ano de 2005 investigou, em sua dissertação *Dialogando com crianças sobre gênero através da literatura infantil*, os significados de gênero atribuídos por crianças de 4 a 6 anos em uma escola particular de educação infantil a 11 histórias infantis não-sexistas. Utilizando observações e leitura literária como ponto de partida para conversas com as crianças, a

⁶ Acerca ainda do eixo temático, cabe referir dois artigos que resgatam um pouco da trajetória do grupo e dos conceitos ali gestados e desenvolvidos: *Das parcerias intelectuais e afetivas: o que podemos aprender com um grupo de estudos* (Felipe; Bello, 2019) e *Pedofilização e scripts de gênero: o que pode a produção teórica de um grupo de pesquisa?* (Rosa; Felipe; Sá-Silva, 2022).

⁷ Todas as dissertações e teses estão disponíveis no Lume – Repositório Digital da UFRGS: <http://lume.ufrgs.br>.

pesquisa destacou a falta de aprofundamento nas questões éticas na época, sinalizando uma evolução nesse aspecto ao longo dos anos.

No mesmo ano, Bianca Salazar Guizzo (2005) abordou a compreensão das questões de gênero por crianças de uma escola pública de Educação Infantil na grande Porto Alegre em sua dissertação *Identidades de gênero e propagandas televisivas: um estudo no contexto da educação infantil*. Utilizando observações, apresentação de propagandas televisivas e entrevistas semi-estruturadas, a pesquisa buscou entender o entendimento das crianças sobre gênero no cotidiano; no entanto, a análise metodológica não aprofundou questões éticas e também não houve o uso de termo para as crianças. Ainda em 2005, Judite Guerra, em sua dissertação *Dos "segredos sagrados": gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil*, discutiu questões em torno da sexualidade e das identidades de gênero em uma escola particular de Educação Infantil, no município de Porto Alegre-RS, com um grupo de crianças na faixa etária entre quatro e cinco anos de idade, operando com 144 horas de observações e utilizando TCLE para os responsáveis.

Em ano subsequente, Alexandre Toaldo Bello (2006) se concentrou na formação das masculinidades na Educação Infantil em sua dissertação *Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?*, analisando como meninos e meninas se constituem como homens e mulheres heteronormatizados. A pesquisa, realizada em uma escola da periferia de Porto Alegre, envolveu 100 horas de observação distribuídas ao longo de dois meses. Em 2011, Guizzo expandiu suas investigações para as representações de beleza e feiura na infância, observando como esses conceitos impactam a construção das feminilidades em sua tese *'Aquele negrão me chamou de leitão': representações e práticas corporais de embelezamento na educação infantil*. A pesquisa, realizada em Esteio/RS, utilizou caderno de anotações, intervenções a partir de diversas fontes e entrevistas com responsáveis. Contudo, assim como em estudos anteriores, a discussão ética e o uso de termo para as crianças não foram abordados de maneira aprofundada.

No ano seguinte, Dinah Quesada Beck (2012) concluiu sua tese intitulada *Com que roupa eu vou? Embelezamento e consumo na composição dos uniformes escolares infantis*, em que pesquisou a produção das identidades de gênero femininas infantis escolarizadas

marcadas pelo processo de pedofilização, com observações das crianças e entrevistas semiestruturadas também com elas e profissionais da escola; a pesquisadora utilizou TCLE para as famílias. Em 2014, Liliane Madruga Prestes investigou os conteúdos veiculados em sites de jogos que se autodeclaram como voltados ao público infantil, especialmente os voltados para meninas, em sua tese *Enredadas na rede: jogos para crianças (re) produzindo relações desiguais de gênero*. Por meio de questionários semiestruturados preenchidos por 105 crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ela identificou os sites de jogos mais acessados; contudo não há menção a termos ou mesmo uma discussão sobre ética na pesquisa.

Já quatro anos depois, Michele Lopes Leguiça (2019) focalizou nos *scripts* de gênero na infância, especialmente no controle dos corpos de meninas e meninos na Educação Infantil em sua dissertação *“Atira no coração dela”: corpos e scripts de gênero na educação infantil*. A pesquisa, realizada em Uruguaiana/RS, envolveu observações participantes durante seis meses, em que houve a utilização do TALE, adaptado para as crianças. No mesmo ano, Jéssica Tairane de Moraes (2019), em sua dissertação *“Minha mãe não pode falar nada que meu pai fica brabo”: violências de gênero a partir do olhar das crianças*, abordou as situações de violência vivenciadas por crianças na Educação Infantil, com destaque para as violências de gênero em suas famílias. Utilizando rodas de conversa, imagens e leitura literária, a pesquisa empregou TCLE para instituições e responsáveis, além de também utilizar o TALE adaptado para as crianças. Na similar direção, Cristiano Eduardo da Rosa (2019) explorou como crianças de 4 a 6 anos, estudantes da Educação Infantil, interagem e rompem com os *scripts* de gênero por meio da literatura em sua dissertação *Educação, infâncias e arte drag: a literatura para crianças tensionando os scripts de gênero*. Realizando encontros de mediação de leitura literária com uma *drag queen* e rodas de conversa, o pesquisador utilizou TCLE para responsáveis e um TALE para as crianças.

Já em 2024, Jaime Eduardo Zanette, em sua tese *“E pai pra quê?”: quando as crianças abrem o verbo acerca das paternidades*, investigou como as crianças percebem as paternidades e de que maneira os *scripts* de gênero atravessam e dimensionam essa(s) percepção(ões). Para isso, pesquisou com crianças entre 4 e 5 anos de idade, em uma escola de Educação Infantil da região metropolitana de Porto Alegre/RS operando com observação

participante, contação de histórias, leitura literária, rodas de conversa, desenhos e brincadeiras, utilizando de TCLE para docentes e responsáveis e TALE para crianças.

As metodologias utilizadas nas onze pesquisas se centram, principalmente, em práticas como observação e rodas de conversa em escolas de Educação Infantil com disparadores como a literatura e imagens. Dessa maneira, as pesquisas se utilizaram como aporte teórico muito dos Estudos Culturais, para além dos Estudos de Gênero, e discutiram a importância e o papel dos livros e da leitura literária na formação das crianças.

As temáticas abordadas nessas produções vão desde o entendimento das crianças sobre gênero e como elas vão se constituindo como sujeitos femininos e masculinos, as representações de beleza e feminilidades por meio de vestimentas e jogos, o controle dos corpos infantis, o entendimento sobre violência, as maneiras de rompimento com as expectativas de gênero e a compreensão das paternidades. A maioria dos estudos ainda teoriza gênero a partir do conceito de *scripts* de gênero (Felipe, 2019), que se referem a normas e roteiros que se estabelecem aos sujeitos desde a mais tenra idade com base no sexo biológico designado antes mesmo de seu nascimento.

127

Além disso, os trabalhos operam com produções acadêmicas do próprio eixo temático e linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*, expressas em outras dissertações e teses já defendidas, a partir do trabalho teórico desenvolvido principalmente pelas professoras fundadoras da referida linha, a saber: Prof^a Dr^a Guacira Lopes Louro e Prof^a Dr^a Dagmar Estermann Meyer, e posteriormente pela Prof^a Dr^a Jane Felipe e pelo Prof. Dr. Fernando Seffner.⁸ Cabe ainda pontuar que todas investigações estão inseridas dentro dos estudos pós-críticos e em uma perspectiva pós-estruturalista de análise.⁹

⁸ Além destes, em 2023 ingressaram na linha de pesquisa mais quatro professores: Dr. Guilherme Gomes Ferreira, Dr^a Juliana Ribeiro de Vargas, Dr. Luciano Nascimento Corsino e Dr. Márcio Caetano.

⁹ Como principais referências, podemos citar: *Corpo, gênero e sexualidade* (Meyer; Soares, 2004); *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação* (Louro; Felipe; Goellner, 2010); *Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação* (Felipe, Guizzo; Beck, 2013); *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (Louro, 2014); *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação* (Meyer; Paraíso, 2014); *Educação, gênero e sexualidade: (im)pertinências* (Seffner; Felipe, 2022); e *Infâncias e temas sensíveis* (Felipe; Guizzo; Rosa, 2024).

O referido grupo de pesquisa do eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade* tinha como um dos métodos de trabalho a orientação coletiva, em que todos os/as pós-graduandos/as liam e discutiam as produções dos colegas juntamente com a professora orientadora, sugerindo leituras e pensando metodologicamente as investigações e questões éticas que permeavam os estudos. Assim, é possível estabelecer um movimento de análise e produção no próprio grupo de pesquisa, além da construção de outros modos de pesquisar valorizando diferentes olhares e experiências.

6. SOBRE ÉTICA E TERMOS DE PESQUISA PARA CRIANÇAS

Ao observar os processos de construção dessas pesquisas com crianças acerca das temáticas de gênero e sexualidade, é importante referir que o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) é um documento em pesquisa com crianças bastante recente, tendo surgido em 2012 com a Resolução n. 466 (Brasil, 2012), de 12 de dezembro daquele ano:

II.2 - assentimento livre e esclarecido - anuência do participante da pesquisa, criança, adolescente ou legalmente incapaz, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação. Tais participantes devem ser esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades.

128

Para isso, o termo deve apresentar variadas maneiras de construção, com aspectos lúdicos envolvendo imagens e alternativas diferentes para o registro do aceite de crianças para participarem de pesquisas, além da sua interação, como um desenho, uma pintura, uma história, a utilização de um crachá, entre outros. É importante pontuar que somente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) encaminhado para a instituição onde será realizada a pesquisa não é suficiente para respeitar os procedimentos éticos, fazendo-se necessário também utilizá-lo com os responsáveis legais das crianças, para que estes autorizem a participação delas.

Outro ponto a considerar diz respeito à apresentação da pesquisa e proposição do termo, de modo a garantir que a criança entenda a sua participação e, para isso, é preciso que o/a pesquisador/a explique a ela acerca do objetivo e do modo como a pesquisa vai acontecer,

não subentendendo que apenas o apresentado no TALE seja suficiente para sua compreensão. Da mesma maneira, o anonimato de sua participação também deve ser informado, o que acaba se tornando um desafio para que as crianças entendam o motivo de serem atribuídos a elas outros nomes que as representam na pesquisa.

Acerca dessa questão, Jéssica Moraes e Jane Felipe (2022) pontuam sobre a importância de criarmos condições para estabelecer um compromisso ético com elas, de modo que suas autorias sejam respeitadas e, ao mesmo tempo, suas identidades preservadas por meio do sigilo e do anonimato, sobretudo quando investigamos sobre temas considerados sensíveis, como a questão de gênero e sexualidade no contexto da infância.¹⁰

Assim, ao analisarem a situação da ética em pesquisas envolvendo gênero e sexualidade, Luís Felipe Zago, Bianca Salazar Guizzo e Luís Henrique Sacchi dos Santos (2016, p. 189) observam como o modelo de regulação vigente advindo das ciências biomédicas dificultam os processos de investigação com crianças no campo da Educação, considerando que "certos recortes teórico-metodológicos serão doravante impossíveis na hegemonia da ética biomédica". Mais recentemente, pesquisadores/as do eixo temático também têm discutido sobre as questões éticas em pesquisas com crianças transgênero (Magnus; Rosa; Felipe, 2023), envolvendo outros elementos cada vez mais importantes que nos fazem pensar sobre as especificidades de tais investigações.

7. NÃO SE TRATA DE DAR VOZ, MAS DE OUVIR AS CRIANÇAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o desafio de se pesquisar com crianças diz mais sobre a proposta do/a pesquisador/a do que sobre os sujeitos da investigação. Com isso, queremos fazer algumas considerações acerca da intenção dos/as pesquisadores/as em conceder voz às crianças. Qual é a motivação subjacente a essa vontade? Ao conceder voz a alguém, não implicamos que o outro originalmente não a possui? Seria realmente necessário submeter as

¹⁰ Nesse contexto, sugerimos também a leitura do livro *Percursos investigativos em pesquisas com (sobre/para) crianças na educação infantil* (Carvalho, 2022) e do artigo *Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças* (Kramer, 2002).

crianças a processos de investigação e lhes fornecer instrumentos para expressar suas vozes? Elas não possuem sua própria voz e não têm o direito de decidir por si mesmas se desejam a exercer ou não? Em relação a esse debate, é interessante explorar a etimologia do conceito de voz, derivado do latim *vox*, que significa algo como *som* ou *grito*. Por outro lado, o conceito de infância tem sua origem em *infans*, que significa *alguém que não fala*. Diante dessa contradição etimológica, surge o desafio fundamental: como garantir voz a alguém que, por definição, não fala? (Fernandes; Souza, 2020).

Outro aspecto relevante a ser considerado ao propor ouvir a *voz das crianças* e participar de um processo investigativo com elas são as dinâmicas de poder envolvidas. Essas dinâmicas não podem ser negligenciadas nem durante a produção da fala das crianças, nem na interpretação dessas vozes por parte de quem pesquisa. Por mais genuína que seja a intenção de se posicionar em igualdade com as crianças, é crucial reconhecer que, como adultos, nunca poderemos ser nativos da infância.

Isso não se deve apenas a diferenças físicas, mas principalmente ao *status* privilegiado que os adultos possuem como pesquisadores/as. Portanto, é crucial situar e reconhecer as vozes das crianças dentro dos campos de poder, a fim de evitar uma abordagem excessivamente romântica ao conduzir pesquisas com elas (Liebel, 2019). Como, então, operar com essas dinâmicas de poder sem colocar a criança em uma posição de dependência, especialmente quando o contexto em que essa “produção” de voz ocorre é influenciado por relações de subalternidade entre crianças e adultos, especialmente no caso da escola? (Fernandes; Souza, 2020).

Além disso, um desafio significativo a ser considerado é a ênfase dada à oralidade ao buscar “captar” as vozes das crianças. Isso ocorre porque valorizar excessivamente a expressão verbal nesse processo de escuta pode ser um mecanismo que exclui e ignora outras linguagens e modos pelos quais as crianças se comunicam, muitas vezes em silêncio. Em um processo de escuta da infância, é pertinente considerar que o que as crianças compartilham não representa uma verdade absoluta, capaz de revelar um “tesouro oculto” sobre a infância. Nesse quesito, consideramos que elas podem nos dar indícios e direções para pensar sobre um contexto social e temporal específico, não devendo ser utilizados como mais um instrumento

para classificá-las, enquadrá-las ou rotulá-las de maneira hegemônica e, tampouco, singularizar os modos de meninas e meninos viverem suas infâncias.

Portanto, as produções analisadas do eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade* (PPGEdu/UFRGS) contribuem ao problematizar como as crianças pequenas percebem, aprendem e (re)produzem os *scripts* de gênero a partir de diversos olhares, chegando a questionar e transgredir as normas impostas sobre si desde a mais tenra idade. Nesse sentido, destacamos a importância de que mais pesquisas se aventurem nestes percursos investigativos equitativos e inclusivos com as crianças pequenas, pois elas ainda têm muito a colaborar para tensionamentos acerca de gênero e sexualidade, movimentando nossos saberes e suspendendo verdades das infâncias.

REFERÊNCIAS

ARGÜELO, Zandra Elisa Argüello. **Dialogando com crianças sobre gênero através da literatura infantil**. 2005. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BECK, Dinah Quesada. **Com que roupa eu vou?** Embelezamento e consumo na composição dos uniformes escolares infantis. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BELLO, Alexandre Toaldo. **Sujeitos infantis masculinos: homens por vir?** 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BENTO, Berenice. Gênero: uma categoria útil de análise? **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 15-50, 2022.

BUTLER, Judith. Gênero em tradução: além do monolinguismo. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 39, n. 2, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012. Disponível em:

<http://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de (org.) **Percursos investigativos em pesquisas com (sobre/para) crianças na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Cirkula, 2022.

CORSARO, William. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

CUSSIÁNOVICH, Alejandro. Protagonismo, participación y ciudadanía como componente de la educación y ejercicio de los derechos de la infancia. In: CUSIÁNOVICH, Alejandro. **Historia del pensamiento social sobre la infancia**. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Fondo editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2010. p. 86-102.

DANTAS, Elaine Luciana Sobral. Sobre textos que mobilizam outros estudos em defesa das infâncias e construídos com as crianças. In: ANJOS, Cleriston Izidro dos; ARAUJO, Luciana Aparecida de; PEREIRA, Fábio Hoffmann (org.). **Pesquisas com, sobre e para crianças**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 9-12.

FELIPE, Jane. Estudos Culturais, gênero e infância: limites e possibilidades de uma metodologia em construção. **Revista Textura**, Canoas, v. 11, n. 19-20, p. 4-13, 2009.

132

FELIPE, Jane. *Scripts* de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (org.). **Para Pensar a Docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 238-250.

FELIPE, Jane; BELLO, Alexandre. Das parcerias intelectuais e afetivas: o que podemos aprender com um grupo de estudos. **Momento: Diálogos em Educação**, Rio Grande, v. 28, n. 3, p. 167–180, set./dez. 2019.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada (org.). **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas: ULBRA, 2013.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; ROSA, Cristiano Eduardo da (org.). **Infâncias e temas sensíveis**. Porto Alegre: Cirkula, 2024.

FERNANDES, Natália. SOUZA, Luciana França. Afonia à voz das crianças nas pesquisas: uma compreensão crítica do conceito de voz. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 15, p. 970-986, set./dez. 2020.

GUERRA, Judite. **Dos "segredos sagrados"**: gênero e sexualidade no cotidiano de uma escola infantil. 2005. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIZZO, Bianca Salazar. **Identidades de gênero e propagandas televisivas**: um estudo no contexto da educação infantil. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GUIZZO, Bianca Salazar. **'Aquele negrão me chamou de leitão'**: representações e práticas corporais de embelezamento na educação infantil. 2011. 199 f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HARAWAY, Donna. 'Gênero' para um dicionário marxista. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 22, p. 201-246, 2004.

KELLET, Mary. **Rethinking children and research**. London: Continuum, 2020.

KRAMER, Sonia. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul. 2002.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LAY-LISBOA, Siu *et al.* Protagonismo infantil en la escuela. Las relaciones pedagógicas em la construcción de ciudadanía. **Sociedad e Infancias**, Madri, v. 2, p. 147-170, 2018.

LEGUIÇA, Michele Lopes. **“Atira no coração dela”**: corpos e *scripts* de gênero na educação infantil. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LIEBEL, Manfred. Children's Rights from Below. **Cross-Cultural Perspectives**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

LIEBEL, Manfred. **Infancias dignas o cómo descolonizarse**. Lima: Editorial El Colectivo. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (org.): **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAGNUS, Daniella Vieira; ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Ouvindo a criança transgênero: um olhar sobre a produção científica brasileira e as questões éticas. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 2, n. 19, p. 102-122, jul./dez. 2023.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (org.) **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MORAES, Jéssica Tairâne de. “**Minha mãe não pode falar nada que meu pai fica brabo**”: violências de gênero a partir do olhar das crianças. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MORAES, Jéssica Tairâne de; FELIPE, Jane. “Eu não gosto dessa história de mentiras!”: Sigilo, anonimato e ética na pesquisa com crianças. **Revista Portuguesa de Educação**, Lisboa, v. 35, n. 1, p. 226–241, 2022.

134

POCAHY, Fernando Altair. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. **Textura**, Canoas, n. 23, p. 18- 30, jan./jun. 2011.

PRESTES, Liliane Madruga. **Enredadas na rede**: jogos para crianças (re) produzindo relações desiguais de gênero. 2014. 188 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

QVORTRUP, Jens. Childhood as a structural form. In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William A.; HONIG, Michel-Sebastian (org.). **The Palgrave handbook of childhood studies**. London: Palgrave Macmillan, 2009. p. 21–33.

ROSA, Cristiano Eduardo da. **Educação, infâncias e arte drag**: a literatura para crianças tensionando os *scripts* de gênero. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane; SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pedofilização e *scripts* de gênero: o que pode a produção teórica de um grupo de pesquisa? **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 10, n. 1, p. 64-82, jan./jun. 2022.

SARMENTO, Manuel. **Sociologia da infância:** correntes e confluências. Braga: Universidade do Minho, 2021.

SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane (org.). **Educação, gênero e sexualidade:** (im)pertinências. Petrópolis: Vozes, 2022.

ZAGO, Luís Felipe; GUIZZO, Bianca Salazar; SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Problematizações éticas: inquietudes para a pesquisa em educação com gênero e sexualidade. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 189-212, jan./abr. 2016.

ZANETTE, Jaime Eduardo. **“E pai pra quê?”:** quando as crianças abrem o verbo acerca das paternidades. 2024. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

Recebido em: 17/09/2025

Aprovado em: 07/12/2025